

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

GIOVANA CAROLINE DA SILVA RIBEIRO

**VISTAM A CARAPUÇA: JORNAIS ABOLICIONISTAS EM SÃO LUÍS
(1880-1884)**

São Luís
2017

GIOVANA CAROLINE DA SILVA RIBEIRO

**VISTAM A CARAPUÇA: JORNAIS ABOLICIONISTAS EM SÃO LUÍS
(1880-1884)**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira

São Luís
2017

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Ribeiro, Giovana Caroline da Silva.

Vistam a Carapuça : jornais abolicionistas em São Luís
1880-1884 / Giovana Caroline da Silva Ribeiro. - 2017.
49 f.

Orientador(a): Josenildo de Jesus Pereira.
Monografia (Graduação) - Curso de História,
Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 2017.

1. Abolicionismo. 2. Escravidão. 3. Imprensa. 4.
Maranhão. 5. Século XIX. I. Pereira, Josenildo de Jesus.
II. Título.

GIOVANA CAROLINE DA SILVA RIBEIRO

**VISTAM A CARAPUÇA: JORNAIS ABOLICIONISTAS EM SÃO LUÍS
(1880-1884)**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Josenildo de Jesus Pereira (Orientador)
Doutor em História
Universidade Federal do Maranhão

(Examinador)
Universidade Federal do Maranhão

(Examinador)
Universidade Federal do Maranhão

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

A Deus, que fortaleceu meu espírito, por estar sempre presente na minha vida, e que me fez superar os obstáculos na elaboração deste trabalho.

A minha família, pelo apoio e carinho constantes, em especial a minha mãe, Fátima e a meu pai, Giovanis, aos quais muito amo e que muito fizeram para a realização deste sonho.

As minhas amigas de curso e da vida, Elba e Celina, pelo constante incentivo e companheirismo no decorrer da realização deste trabalho e por aguentarem minhas neuras.

Ao Professor e orientador Josenildo Pereira, por ter aceitado orientar-me, dando-me valiosas sugestões, o meu carinho e admiração. A presença de um orientador que sabe ouvir-nos e tranquilizar-nos é de suma importância no desenvolvimento de um trabalho desta natureza.

A todos os professores do Departamento de História, bem como a todos aqueles que fizeram parte do meu processo de formação durante a minha vida acadêmica, aqui deixo o meu carinho e admiração.

A minha turma de graduação que, mesmo que a maioria esteja distante, lembro-me de todos com carinho e saudosismo dos momentos descontraídos.

Aos colegas e amigos da Uema, que muito me incentivaram (pegaram no pé mesmo), em especial Dorinha, Getúlio, Romel, Inez, Katiane, Lúcia, Sara, Thays, Aline, prof. José Henrique Macedo, prof. Marcelo Cheche, prof. Fernando Oliveira e prof. Walter Canales.

As pessoas queridas que me incentivaram ao longo desta jornada de elaboração da monografia dentre as quais, Milena Galdez, que me ajudou com indicações bibliográficas importantes.

E a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, ajudaram-me no desenvolvimento e conclusão desta monografia.

RESUMO

A imprensa jornalística teve uma atuação muito importante no cenário imperial brasileiro, no século XIX, por ser o lugar de debate de diversos temas dentre os quais a escravidão. Ao longo da década de 1880 duas perspectivas, com as suas variáveis, disputavam a hegemonia da orientação política e ideológica do processo de abolição do trabalho escravo no Brasil: a emancipacionista e a abolicionista. Na capital da província do Maranhão, não era diferente das demais regiões do país com cada jornal defendendo o seu ponto de vista. Nesse contexto, o jornal *Carapuça*, porque defendia argumentos de perfil abolicionista mais radical, sofreu intervenção e teve que parar a sua publicação.

Palavras chaves: Século XIX. Maranhão. Escravidão. Abolicionismo. Imprensa.

ABSTRACT

The journalistic press had a very important performance in the Brazilian imperial scene, in century XIX, for being the place of debate of diverse subjects amongst which the slavery. Throughout the decade of 1880 two perspectives, with their variables, they disputed the hegemony of the orientation ideological politics and of the process of abolition of the enslaved work in Brazil: the emancipationist and the abolitionist. In the capital of the province of the Maranhão, its point of view was not different of the too much regions of the country with each periodical defending. In this context, the Carapuça periodical, because it defended arguments of more radical referring to abolitionism profile, suffered intervention and had that to stop its publication.

Keywords: Century XIX. Maranhão. Slavery. Abolitionism. Press.

Sob qualquer ponto de vista que se pretenda estudar, os *jornaes* são os melhores testemunhos da historia de uma época.

Joaquim Serra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 ESCRAVATURA: Brasil, abolição e nuances da historiografia	14
1.1 A transformação do trabalho: do escravo ao livre	15
1.2 Os imigrantes europeus e a escravidão no Brasil.....	19
1.3 A desagregação do sistema escravista no Maranhão	21
1.4 A escravidão na década de 1880: as representações na imprensa	23
1.5 A escravidão e os significados da liberdade	25
2 A IMPRENSA NO BRASIL	28
2.1 A imprensa no Brasil: um breve histórico	28
2.2 Sociedade e imprensa no Maranhão do século XIX	29
3 A IMPRENSA E O DISCURSO ABOLICIONISTA NO MARANHÃO	34
3.1 O jornal Carapuça: o que era e quem o “vestia”?	35
3.2 O perfil ideológico do jornal	38
3.3 O Carapuça e outros jornais: quem vestiu a Carapuça.....	41
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47

INTRODUÇÃO

Na formação histórica do Brasil a escravatura foi, desde o princípio do século XVI, uma instituição vital para este processo cuja gênese se encontra nos princípios estruturantes da ação colonial portuguesa nas Américas. E, por isso mesmo, foi mantida até a década de 1880 do século XIX.

Até aos anos 1860, nenhuma significativa oposição antiescravista vigorou de forma sistemática, apesar das leis contra o açoite de escravos como forma de punição, e o tráfico internacional.¹ Mas, nos últimos anos do século XIX, o movimento abolicionista, antes esporádico e sempre fraco, ganhou fôlego e forma tendo por mediação, conforme Chalhoub, o “conflito entre os princípios de primazia da liberdade e da defesa irrestrita do direito de propriedade privada”.²

Nesse contexto, ideias antiescravistas seriam cada vez mais aceitas por pessoas de diferentes segmentos sociais no que se referia ao “comércio infame”³ e a abolição do sistema escravista como um todo.

A abolição da escravatura no Brasil, enquanto um tema-problema, já possui uma historiografia, na qual, a diferença entre os autores se deve, sobretudo, à sua perspectiva teórico-metodológica. A região Centro-Sul do país tem, por conta de seus programas de Pós-Graduação, uma centralidade nesse contexto com abordagens, principalmente, econômicas e sociológicas⁴.

Em vista disso se considera, também, importante investigar dimensões deste processo na Província do Maranhão, uma vez que esta foi um cenário do trabalho escravo com as suas *plantations*. Aos poucos, também, se verifica a configuração de uma historiografia maranhense relativa a este tema⁵.

¹ MORAES, Evaristo. **Campanha Abolicionista (1879-1888)**. *Campanha abolicionista (1879-1888)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

² CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. P. 99.

³ SCHWARCZ, Lília Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁴ Algumas destas abordagens foram trabalhadas nesta monografia: COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala a colônia**. São Paulo: Fundação Editora Dan UNESP, 1998; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987 e CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁵ Entre as obras relativas a este tema se inserem as de PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. São Paulo: USP, 2006; FARIA, Regina Helena Martins de. **A transformação do trabalho nos trópicos: propostas e realizações**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da UFP. Recife, 2001 e a de RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no**

Nesse contexto, nos despertou interesse o discurso antiescravista verificado na cidade de São Luís, a capital da província, pois, segundo Evaristo de Moraes, o movimento abolicionista já vinha tendo repercussão aqui e em outras Províncias do Norte.⁶

Em termos específicos, o tema-problema desta pesquisa é o perfil do discurso antiescravista apresentado no *Jornal Carapuça* que veio a público, em 1884, na província do Maranhão. Não é demais sublinhar que, naquela época, os jornais eram o centro catalisador do debate em torno de diversos temas. Com a escravidão não foi diferente. Desse modo, para a investigação acerca da historicidade do século XIX, os jornais podem ser considerados documentos muito importantes. Nesse sentido, de acordo Capelato, “a categoria abstrata *imprensa* se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social”.⁷

Na segunda metade do século XIX, após a abolição do tráfico internacional de escravos da África, na província do Maranhão, o debate em torno da substituição do trabalho escravo estava presente em vários jornais, diários ou não, com perspectivas ideológicas bastante diferenciadas⁸. Nos interessa, aqui, apresentar as ideias que caracterizaram o discurso do *Jornal Carapuça* procurando apreender a lógica de seus fundamentos e o alcance dos mesmos.

No que concerne ao método de análise optou-se pela Análise do Discurso sob a perspectiva de *Michel Foucault*, ao se considerar que nenhum discurso é neutro em relação ao contexto histórico vivido pelos sujeitos que os elaboram, pois conforme o autor já referido,

...em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.⁹

Maranhão (1850-1888) São Luis: SIOGE, 1990, cujos trabalhos foram utilizados para o debate desta monografia também. Informar os trabalhos já escritos...

⁶ MORAES, Evaristo. **Campanha Abolicionista (1879-1888). Campanha abolicionista (1879-1888)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A Imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p. 21.

⁸ PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. São Paulo: USP, 2006..

⁹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 8-9.

Tal como proposto por Foucault, o discurso é a materialidade de uma inquietação, a qual pode se tornar perigosa dependendo de como é distribuída, percebida e ou compreendida. Em se tratando de argumentos contrários a permanência da escravidão, se lida com a hipótese de que as classes que dependiam do trabalho escravo para manterem a sua riqueza, prestígio e poder precisavam controlar os termos destes para não estimular ações rebeldes que pudessem acelerar a decadência do sistema escravista.

Nesse sentido, é muito importante se examinar os fundamentos de matérias publicadas no *Jornal Carapuça*, no contexto daquele debate, uma vez que, por isso mesmo, ao contrário de outros jornais teve uma curta duração.

A monografia está estruturada em três capítulos.

No primeiro capítulo, *Escravidão: Brasil, abolição e nuances da historiografia*, se faz uma apresentação sumária da historiografia constituída por estudos relativos a abolição do trabalho escravo no Brasil, desenvolvidos na região centro-sul do país e, também, no Maranhão, especificamente, na cidade de São Luís, a sua capital.

No segundo capítulo, *A imprensa no Brasil*, se tece uma breve explanação dos primórdios do jornalismo no Brasil e a sua gênese no Maranhão. Para melhor situar o nosso objeto de estudo, se faz a caracterização da sociedade daquele cenário nuançando os envolvidos mais diretamente com o debate em torno da abolição do trabalho escravo na província.

No terceiro capítulo, *A imprensa e o discurso abolicionista no Maranhão*, se desenvolve a análise acerca do *Jornal Carapuça*, com ênfase na lógica de seus argumentos a respeito da escravidão naquela conjuntura, em interface com outros jornais onde eram publicados artigos relativos a este tema. Tal procedimento se deve a necessidade de distinguir as suas diferenças para se compreender o porquê de sua curta duração.

1. ESCRAVATURA: BRASIL, ABOLIÇÃO E NUANCES DA HISTORIOGRAFIA.

No contexto do “Mundo Atlântico”, nas “Américas”, o Brasil foi, no século XIX, o último a abolir, em termos legais, a escravidão como uma instituição que sustentava os mundos do trabalho. Não é demais salientar que, desde o século XVIII, a onda antiescravista, na Europa Ocidental, cada vez mais se intensificava.

Segundo Emília Viotti, foi na luta contra o *Antigo Regime* que a sociedade burguesa européia começou a mudar a sua visão de mundo e, a partir daí, a expandir os seus ideais tornando-os, posteriormente, a base das idéias abolicionistas¹⁰. O pensamento Ilustrado francês articulou os fundamentos dos conceitos - *igualdade, liberdade, fraternidade*, sensibilizando cada vez mais adeptos. A este respeito, em relação ao Brasil, Faria sublinha que

[...] É fato aceito nos dias atuais que o ideário da Ilustração Francesa e da Economia Política era conhecido no Brasil desde o século XVIII, sendo perceptíveis em escritos brasileiros do final desse século e início do seguinte. Os ideais de liberdade, realização da felicidade e direito universal dos homens, a preocupação com a produtividade do trabalho e a equiparação do Brasil ao processo civilizatório em curso na Europa fizeram parte do discurso dos revolucionários e permaneceram nos debates da imprensa e do Congresso por todo o século XIX (...).¹¹

Nesse contexto, no Brasil, os discursos abolicionistas foram aumentando e ganhando força, sobretudo na década de 1880, levando, por fim, à abolição da escravidão no Império. Vale destacar que eventos internacionais influenciaram nesse processo. Dentre esses, se sublinha a emancipação dos escravos nos Estados Unidos após a Guerra Civil (1861 – 1865) e a Guerra do Paraguai (1865 – 1870). Segundo Ribeiro, a última possibilitou “*sensíveis mudanças no comportamento de novos grupos sociais emergentes no Brasil, durante o conflito, estimulando, posteriormente, mais ainda a crescente pressão emancipacionista em todo território nacional*”.¹².

Para Viotti, a formação, o desenvolvimento e a aceitação da crítica ao sistema escravista transcendiam o regionalismo da grande lavoura cafeeira do

¹⁰ COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

¹¹ FARIA, Regina Helena Martins de. **A transformação do trabalho nos trópicos: propostas e realizações**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da UFP. Recife, 2001. p.17.

¹² RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888)** São Luís: SIOGE, 1990. p.140.

centro-sul, pois, sob diversos matizes, o discurso contra o “elemento servil” vinha tomando relevância em todo território brasileiro.¹³

Dada a relevância da escravatura na historicidade brasileira e, por conseguinte, das fervilhantes discussões acerca de sua abolição no contexto do decadente Império brasileiro, a partir da década de 1980– tempo do centenário da abolição - se verificou, no país, o aumento da historiografia deste tema quanto as suas problemáticas e a abordagem teórico-metodológica.

Nos interessa tratar, aqui, do tema abolição da escravatura. Para tanto, ainda que de modo sumário, se apresenta neste capítulo as linhas gerais de sua historiografia cotejando trabalhos de autores que investigaram a respeito das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e o Maranhão. A respeito das primeiras se destaca *Emilia Viotti da Costa*, *Celia Maria Marinho de Azevedo*, *Sidney Chalhoub*. E, acerca do Maranhão, *Jalila Ribeiro*, *Regina Faria* e *Josenildo Pereira*.

O recorte pelo *Rio de Janeiro e São Paulo*, não se deve, apenas, pelo fato destas regiões terem sido os últimos redutos da dinâmica da escravatura no país e terem ensejado a produção de um maior número de estudos acerca deste tema. A escolha se justifica, sobretudo, por sua perspectiva teórico-metodológica crítica reorientando a análise e a narrativa constituinte do que hoje chamamos de *nova história social da escravidão* à qual se vinculam muitos dos historiadores locais contemporâneos.

1.1. A transformação do trabalho: do escravo ao livre

Em seu livro, *Da Senzala a colônia*, Viotti apresenta o seu estudo acerca da escravatura na região cafeeira paulista. Trata-se de um texto escrito na década de 1960. Em sua pesquisa, a autora utilizou-se de uma variedade documental constituída de - *relatórios ministeriais, relatórios de presidentes de províncias, ofícios das câmeras municipais, atas, manuais agrícolas, relatos de chefes de polícia, relatos de viajantes, memórias, anais da assembléia, romances e jornais*. A sua leitura e análise documental, bem como o enredo de sua narrativa foram submetidas ao método do materialismo histórico.

¹³ COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala a colônia**. São Paulo: Fundação Editora Dan UNESP, 1998.

Até aquele momento – década de 1960 - poucos trabalhos haviam tratados acerca da desagregação do sistema escravista e a transição do trabalho escravo para o livre. Dentre os poucos existentes sublinha-se os de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, nos quais analisam a dinâmica da escravatura na região sul do país¹⁴. Tratam-se de reflexões produzidas no âmbito do grupo de sociólogos da chamada “Escola Paulista de Sociologia” da Universidade de São Paulo/USP, coordenada por Florestan Fernandes.

Esses estudos trouxeram importantes contribuições relativas ao tema da “questão racial” no Brasil criticando a tese da *democracia racial* de Gilberto Freire, apresentada por meio de sua obra - *Casa Grande e Senzala* - até então considerada como o expoente de que no Brasil havia pouco ou nenhum preconceito racial porque, aqui, a escravatura havia sido mais “branda” em relação a outras sociedades escravistas modernas.¹⁵

A partir destes estudos alguns trabalhos foram escritos acerca da desagregação do sistema escravista e o porquê das condições de vida de ex-escravos e de seus descendentes. A tese defendida nos estudos da “Escola Paulista de Sociologia” era que os ex-escravos eram incapazes de se adequarem ao trabalho livre sendo facilmente vencido pela concorrência de imigrantes europeus¹⁶.

Segundo Octávio Ianni, a questão racial estava dissociada da questão de classe, pois, embora um trabalhador imigrante branco e um trabalhador negro se encontrassem na mesma condição de trabalho, este último sofria com maior distinção negativa que o primeiro - uma constatação observada entre operários¹⁷. Apesar da importância do estudo, este não superou a visão de que o negro, ex-escravo, seria inferior a um branco.

Por isso, tais estudos não conseguiram oferecer argumentos satisfatórios ao tratarem da desagregação da escravatura e dos sentidos da “ressocialização” dos descendentes daqueles que foram escravizados.

¹⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. **Escavidão e capitalismo no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

¹⁵ FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

¹⁶ FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

¹⁷ IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

Não é demais lembrar que *Fernando Henrique e Octavio Ianni* influenciaram na formação teórica de Emilia Viotti sob uma perspectiva econômica, política e ideológica pautada no marxismo. No entanto, a mesma se diferencia dos mesmos ao analisar a escravatura, a sua desagregação e a forma como foi processado, naquele imediato, a ressocialização de ex-escravo e ou de seus descendentes. A respeito da escravatura sublinha,

Ao propor o estudo da escravidão na região cafeeira, tivemos como objetivo analisar o papel econômico desempenhado pelo trabalho escravo nessa área de produção, em seguida conhecer as condições de vida do escravo e as transformações ocorridas nesse período e, finalmente, acompanhar a evolução da opinião pública em face da escravidão que se desarticulava, procurando estabelecer as conexões entre esses diversos planos da realidade.¹⁸

Nessa perspectiva destaca ainda que,

Em *Da senzala à colônia*, não me propus estudar as mudanças de caráter internacional que progressivamente levaram à eliminação da escravidão. Preferi focalizar as mudanças ocorridas na economia e na sociedade brasileiras, particularmente nas áreas cafeeiras, onde a população de escravo se concentra ao decorrer do século XIX. Como o processo da abolição só pode ser entendido na escala nacional, fui levada a estudar o fenômeno também nesse nível, procurando estabelecer as conexões entre a história regional e a história da nação.¹⁹

Como se pode notar, o objetivo da autora é apreender a historicidade brasileira a partir de dentro pela análise de sua estrutura e dinâmica nos termos de sua referência teórica – o materialismo histórico. Nesse sentido, o processo abolicionista tal como foi levado a efeito e o modo de ressocialização de ex-escravos foram submetidos à lógica de interesses das classes dominantes do Império-proprietários de terras, sobretudo.

Viotti divide sua obra, *Da senzala a colônia*, que foi escrita como tese de livre docência na USP, em três partes: aspectos econômicos da desagregação do sistema escravista, condições de vida nas zonas cafeeiras e a relação entre escravidão e ideologias. Utilizando um vasto material, que como a mesma afirmou ser uma

...documentação até então pouco utilizada pelos historiadores da abolição, que não se haviam interessado pelas condições objetivas do processo de produção e que haviam centrado suas análises nas transformações ideológicas e institucionais.²⁰

¹⁸ COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala a colônia**. São Paulo: Fundação Editora Dan UNESP, 1998. p.24.

¹⁹ *Ibidi.*, p.31.

²⁰ *Ibidi.*.p. 27-28.

Dessa forma, a autora traz à tona os fundamentos políticos e ideológicos internos orientadores dos termos e do ritmo do processo abolicionistas, bem como, nuances de cada região, como disse Viotti *“A luta pela cessação do tráfico e pela abolição da escravatura se daria em ritmos diversos em cada região, dependendo das condições econômicas, sociais, políticas e ideológicas internas.”*²¹

Outro aspecto importante destacado pela autora são as nuances de identidade dos críticos da escravatura naquele contexto – indivíduos pertencentes a grupos sociais menos comprometidos com a lógica e dinâmica escravista²²; mas, também, alguns donos de escravos a favor do fim gradual dessa instituição; filhos de escravocratas e herdeiros de latifúndios uma vez que não eram contra os direitos de propriedade; aqueles radicais, bem como, escravos e libertos que lutavam, também, pelo fim da escravatura.

No âmbito da historiografia maranhense, relativa a este tema, se destaca a obra - *A transformação do trabalho nos trópicos*, de Regina Helena Martins de Faria²³. Nela, a autora apresenta o debate acerca do processo de transformação nas relações de trabalho no Brasil, no século XIX e, nesse contexto, como se deu o processo na província do Maranhão. O seu recorte é a visão de articuladores de interesses das classes dominantes locais no que se refere à questão da transformação do trabalho no oitocentos. Para tanto, ela analisou as propostas sugeridas e medidas implementadas com vista a esse fim.

A autora tomou por aporte documental diversificado leque de documentos como memórias, ensaios, teses, relatórios de presidentes da província do Maranhão; atas da Assembléia Legislativa; artigos de jornais, legislação provincial, poemas, além de atas das sessões da Junta Provisória e Administrativa da Província e do Conselho Geral da Província do Maranhão. Em termos teórico-metodológicos a autora diz ter praticado *“um politeísmo teórico-metodológico, aliando procedimentos que mesclam a influência do Anales e do materialismo histórico com a história cultural e a história política”*.²⁴

Até os primeiros decênios do oitocentos, a escravatura era aceita sem grandes ressalvas. Em grande medida porque o contingente de escravos chegava

²¹ COSTA, Emilia Viotti da. Op. Cit. 1998. p.30-31.

²² Ibi. p. 29.

²³ FARIA, Regina Helena Martins de. **A transformação do trabalho nos trópicos: propostas e realizações**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

²⁴ Ibi., p. 28.

ao número de 55,3% da população em 1821²⁵. Segundo a autora, na década de 1880, o abolicionismo no Maranhão era caracterizado por duas perspectivas - *emancipadores e abolicionistas*, tal como verificado em outras províncias escravocratas do Império. A este respeito, Viotti sublinha que esta questão dividia os homens em grupos, mas não tão taxativos a ponto de haver *“republicanos escravistas e abolicionistas, conservadores abolicionistas e escravistas, liberais favoráveis a abolição com indenização ou sem indenização de uma forma imediata e até mesmo liberais avessos a qualquer alteração da ordem”*.²⁶

Faria estruturou o seu trabalho em três capítulos no intuito de que sua dissertação se propusesse *“a enfrentar as questões relativas à forma como as elites pensaram e encaminharam a transformação do trabalho no setor agroexportador no século XIX.”*²⁷ Assim, no primeiro capítulo, a mesma faz uma apresentação panorâmica, de cunho bibliográfico, da província do Maranhão no século XIX.

No capítulo seguinte analisa como a elite local via a questão do trabalho, no início do século XIX. No último capítulo, analisa as propostas e medidas relativas a transformação das relações de trabalho em meados de 1830 até a abolição da escravatura, levando em consideração que tais medidas e propostas são representações, *“indícios que permitem conhecer a visão de mundo”*²⁸ da elite, como denominou a camada dominante.

1.2. Os imigrantes europeus e a escravatura no Brasil

Célia Azevedo, em seu estudo da região no centro-sul, analisou o debate em torno de projetos emancipacionistas e abolicionistas, bem como, a relação entre a emigração estrangeira e o processo de abolição da escravatura no Império brasileiro.²⁹ A tese é que o imigrante estrangeiro foi usado como uma estratégia de assimilação, incorporação e homogeneização para disciplinar e engendrar a transformação do trabalho.³⁰

²⁵ FARIA, Regina Helena Martins de. **A transformação do trabalho nos trópicos: propostas e realizações**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001. p. 49.

²⁶ COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p.435.

²⁷ FARIA, Regina Helena Martins de. Op. Cit. 2001. p. 26.

²⁸ Ibi. p. 26.

²⁹ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

³⁰ Ibi. p. 47.

Ao tratar este tema sob uma perspectiva psicanalítica, a autora sublinha que o objeto de seu estudo é o medo. Segundo a mesma, “*É do medo, portanto, que se tratará neste estudo relativo à instituição do mercado de trabalho livre em substituição ao escravo no Brasil do século XIX*”³¹. Mas, o medo de quem? Da classe dominante, porque tinha medo de ser suplantada pela massa de cativos e libertos, os quais eram considerados, pelos “bem-nascidos”, como os vadios em potencial.

Ao abordar este tema nos meandros metodológicos do campo da *História das Mentalidades*, a historiadora abriu um novo viés analítico à História Social da Escravidão articulando-se às perspectivas de outros investigadores tais como *Carlos Hasenbalg*³² e *Robert Slenes*.³³

Esta escola historiográfica que emergiu na década de 1970 compreendeu escravo como ator de sua própria história. Conforme Azevedo,

A história da transição da escravidão para o trabalho livre no Brasil constrói-se a partir das ações e reações dos sujeitos históricos, que nunca, nem quando muitos deles foram caracterizados como mercadorias, deixaram de fazer sentir a sua presença.³⁴

Essa autora, seguindo a vereda aberta por Carlos Hasenbalg e Robert Slenes argumenta que o discurso imigrantista, das classes dominantes, pretendia “inferiorizar” para manter submetida a maioria dos brasileiros. Pois,

Quanto ao elemento nacional livre, formado em sua maioria de negros e mestiços pobres e que durante toda a escravidão vivera à margem da grande produção exportadora, ele continuaria “vegetando”, marginal e dispensável, a não ser em regiões de fraco desenvolvimento econômico onde não chegaram imigrantes. É que também ele sofreria do mal da “herança da escravidão”, acostumado às relações patriarcais de dependência servil e entregue em sua maioria a atividades de mera subsistência.³⁵

³¹ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Op. Cit. 1987. p. 17.

³² Sociólogo argentino, que se especializou nas áreas de relações raciais, estratificação e mobilidade social no Brasil. Sua principal obra representou um marco na produção sociológica brasileira - **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil** (1979). Fonte: NASCIMENTO, Washington Santos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil: 26 anos depois**. Encontrado em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v15_16_livros4.pdf

³³ Possui doutorado em História pela Stanford University (1976) e atualmente é professor colaborador do departamento de história da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social do Brasil e da África, abordando principalmente os seguintes temas como pesquisador: demografia da escravidão, família escrava, cultura centro-africana e identidade escrava, iconografia da escravidão, Brasil Império. FAPESP – Biblioteca Virtual Encontrado em <http://www.bv.fapesp.br/pt/pesquisador/31376/robert-wayne-andrew-slenes/>

³⁴ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Op. Cit. 1987. p. 12-13.

³⁵ *Ibidi.*, p. 18.

Sob essa perspectiva, para Celia Azevedo, o projeto abolicionista no centro-sul orientado por uma mentalidade racista e segregacionista focava no imigrantismo com o objetivo de conter a “onda negra”, isso é, a multidão de escravos transportados do norte/nordeste nas décadas de 1860 a 1870.

A historiadora divide sua obra em quatro capítulos, deixando claro que

Em todos os capítulos deparamo-nos, portanto, com todo um imaginário construído a partir do medo ou da insegurança suscitada pelos conflitos reais ou simplesmente potenciais entre uma diminuta elite composta tanto dos grandes proprietários como das chamadas camadas médias de profissionais liberais e uma massa de gente miserável – escravos e livres - cuja existência não passava pelas instituições políticas dominantes, o que significava conferir-lhes um perigoso grau de autonomia que nenhuma lei repressiva por si só poderia coibir.³⁶

Nisso, na primeira divisão de sua obra faz a análise dos projetos para substituição do trabalho escravo ao trabalho livre e dos argumentos utilizados para suas construções, pela camada dominante que já começaram a formular propostas desde o início do século XIX. Utilizou artigos de jornais e jornais em geral.

No segundo capítulo: acompanha a trajetória da política do imigrantismo, principalmente, em São Paulo (que também é tratada com mais especificidades no capítulo 3 e 4) perpassando por Rio de Janeiro. Utilizou, também, *Anais administrativos* para analisar o empenho de deputados provinciais durante a década de 1870 e início da de 1880. No penúltimo capítulo, discutiu a questão da resistência escrava analisando argumentos de chefes de polícia e de presidentes de províncias em seus relatórios nas décadas de 1860, 1870 e 1880. Em seu último capítulo trata da fala de abolicionistas de São Paulo que se expressavam por meio do jornal *A Redenção* (1887-1888).

1.3 A desagregação do sistema escravista no Maranhão

Na historiografia local, o trabalho de Jalila Ribeiro - *A desagregação do sistema escravista no Maranhão: 1850-1888* – é de suma relevância no estudo da escravatura uma vez que traz à tona meandros do processo de manumissões que puseram fim ao cativeiro de muitos escravos. Desse modo, é uma obra de referência para o estudo da escravatura no Maranhão, por ser pioneira, ao se considerar o

³⁶ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987. p. 26.

quanto eram escassos os trabalhos acerca deste tema no período no qual escreveu. Trata-se de sua dissertação. Nela, a autora analisa o processo de desagregação do sistema escravista no Maranhão tendo por pressuposto que condições internacionais e locais estavam articuladas nesse processo. O seu objetivo era,

[...] inicialmente em verificar o número de escravos e o grau de representatividade desta força de trabalho na economia local do período em estudo. Em segundo lugar, mostrar através de diversos fatores internos, o descenso da população servil e o comportamento dos diversos segmentos da sociedade escravocrata local, em face das transformações operadas na estrutura sócio-econômica desse período [...] ³⁷

A sua base documental é constituída por - *Livros de compra e venda de escravos* (encontrado em cartório)³⁸, *inventários e testamentos e livros de notas*, onde estão contidas as cartas de liberdade; relatórios de presidentes da província, Anais da Assembléia Provincial; Coleção das leis, decretos e resoluções da província; Coleção dos regulamentos da província, jornais e obras, avisos de ministérios, pasta de classificação de escravos e ofícios diversos.

A partir de análise da estrutura econômica e do método quantitativo, a autora investigou o abolicionismo por meio do estudo de manumissões com *cartas de alforrias* na década de 1870. Trata-se de um texto escrito no início dos anos de 1990 sob a influência da análise de Emília Viotti acerca deste tema. Segundo a mesma, foi esta autora que a fez embasar a sua tese de que o processo de desagregação do sistema escravista do Maranhão foi um desdobramento de transformações na economia brasileira no século XIX.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro faz um panorama econômico da província de 1850 a 1880. No segundo, adentra na questão dos fatores que teriam, de certa forma, influenciado a desagregação do escravismo do Maranhão, dando ênfase a dois agentes: o tráfico interprovincial e as manumissões. No terceiro capítulo disserta a respeito da abolição e o fim do processo de desagregação.

O Maranhão, em meados do século XVIII e parte do século XIX, vivenciou um período de grande crescimento econômico tornando-se um dos maiores exportadores de algodão e arroz, em decorrência da política reformista do então

³⁷ RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888)** São Luís: SIOGE, 1990. p. 12.

³⁸ Jalila Ayoub Jorge Ribeiro pesquisou para a sua obra em dois cartórios em São Luís-MA: Cartório Celso Coutinho, 2º ofício de notas e Cartório Oswaldo Soares, 1º ofício de notas, este último foi onde encontrou os *Livros de compra e venda de escravo*.

ministro Marquês de Pombal, o qual criara a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Mas, conforme esta autora,

O progresso econômico que experimentou a província do início do século XIX foi passageiro, uma vez que se assentou em condições anômalas no mercado mundial de produtos tropicais. A volta dos Estados Unidos ao comércio internacional de algodão e a falta de uma atividade agrícola exportadora que gerasse rendimentos iguais ao seu principal produto acarretaram para o Maranhão um colapso econômico do qual só sairia anos depois, quando a Guerra de Secessão (1861-1865) privou a Inglaterra de seu principal fornecedor.³⁹

Como se pode notar, a economia da província baseada na agroexportação era dependente de fatores externos e, portanto, sujeita às oscilações de mercado como verificado ao longo do século XIX. Tais oscilações acresciam de fatores internos como o tráfico interprovincial, seguido de manumissões e do crescente movimento antiescravista desencadearam a desagregação do sistema escravista no Maranhão.

1.4. A escravatura na década de 1880: as representações na imprensa

Nas “Américas”, ao longo de mais de dois séculos, o trabalho escravo foi a base de produção da riqueza, do prestígio e do poder de comerciantes e de grandes proprietários de terras. No Império brasileiro, só na década de 1880 que escravatura foi levada a termo e sob a representação de algo nefasto e um mal à sociedade. No entanto, passadas algumas décadas de sua abolição se verificou que a realidade estrutural do país em termos socioeconômicos não mudara, substancialmente, sob a nova ordem republicana e livre, pois, os ricos continuaram ricos, e os pobres acrescidos de novos pobres.

Inspirado no trabalho de Lilia Schwarcz⁴⁰ e no de Célia Marinho de Azevedo⁴¹ que tratam deste tema na região centro-sul do país, e articulado às tendências da nova História Social da escravidão, Josenildo Pereira, tendo por aporte documental jornais de grande circulação na província do Maranhão – *o Diário do Maranhão, o Paiz e o Pacotilha* - investigou como aqueles que viviam da

³⁹ RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888)** São Luís: SIOGE, 1990. p.27.

⁴⁰ SCHWARCZ, Lilia. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadão em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁴¹ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

exploração do trabalho escravo compreendiam a escravatura naquele contexto de sua desregulamentação. A escolha da imprensa segundo do autor se deveu ao seguinte,

Com o propósito de investigar esta questão, escolheu-se a imprensa jornalística por ser, no século XIX, o *locus* de discussão e de circulação de ideias dada a ausência de instituições capazes de viabilizar, de modo o mais amplo possível, o debate em torno do que consideravam urgente e necessário. Nesse sentido, se reconhece que a imprensa jornalística cumpria a função de um circuito de interatividade”, no qual se produzia, discutia-se e divulgava as “representações da consciência entrelaçadas com a atividade material e com o intercambio material dos homens.”⁴²

Nestes termos, se nota que o autor tem por referência teórica o método histórico crítico formulado no campo marxista para a construção de sua análise e narrativa. Os seus conceitos básicos foram *ideologia* e *análise do discurso* inspirado, respectivamente, em Marilena Chauí e Mikhail Bakhtin. Afinal, conforme este último,

O discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio etc. Qualquer enunciação por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc.).⁴³

De fato, nenhum discurso é neutro em relação ao contexto histórico vivido pelos sujeitos, os quais se orientam por um filtro ideológico. Neste sentido, esta abordagem elucida e põe em relevo toda a complexidade do encaminhamento do processo de abolição da escravatura nos termos como foi conduzido. Afinal, naquela época, a imprensa jornalística teve um papel importante na divulgação dos termos do debate em torno da chamada da crise da agricultura mercantil de base escravista, pois, por meio desses e de outros jornais se manifestavam acerca, sobretudo, da escravatura apontando as eventuais soluções para a crise.

Conforme o mesmo, os jornais *Diário do Maranhão* e o *O Paiz* eram portadores de um discurso *emancipacionista* enquanto que o jornal *Pacotilha* de um discurso *abolicionista*. Este autor tendo por pressuposto que as representações da escravidão eram “*um conjunto de convicções, de orientações cognitivas orientadas por uma perspectiva social de classe*” argumenta que em face da quebra da racionalidade ideológica escravista e a sua base social e política devido a decadência da agricultura mercantil escravista, as classes dominantes precisaram

⁴² PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. São Paulo: USP, 2006. p. 14-15.

⁴³ Apud PEREIRA, Josenildo de Jesus. Op. Cit. 2006. p. 13.

inventar novos meios de manutenção das relações de poder – naquela conjuntura, a República e o trabalho livre.⁴⁴

O seu trabalho está estruturado em duas partes. A primeira com dois capítulos e a segunda com quatro capítulos. Na primeira parte, coloca em perspectiva a estrutura econômica e social do Maranhão e um pouco da resistência escrava. Na segunda, a qual se refere à especificidade de seu trabalho, Josenildo apresenta a gênese da imprensa no Maranhão, as representações da escravidão contidas em artigos dos jornais analisando a lógica das mesmas naquele contexto considerado como o cenário de decadência da agricultura mercantil de exportação e escravista.

Em seu trabalho, vê-se uma reflexão ideológica pondo em perspectiva os agentes da dinâmica social por meio da análise de suas idéias e, assim, apresenta argumentos que contribuem para o esclarecimento de questões sociais mediadas pela pobreza e o racismo, com as suas variáveis, que envolvem de modo negativo a população negra egressa da sociedade escravocrata.

1.5. A escravatura e os significados da liberdade

No contexto historiográfico da chamada Nova História Social da Escravidão, a obra *Visões da Liberdade* de Sidney Chalhoub⁴⁵ é paradigmática por ter aberto uma vereda para novos estudos superando velhos esquematismos e preconceitos da historiografia tradicional inspirado em autores como *Robert Darnton*⁴⁶ e *Carlo Ginzburg*⁴⁷. Guimarães e Vainfas sublinham que a gênese desta prática de “redução da escala” situa-se na Itália com Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, os quais a denominaram de *Microstorie*.⁴⁸ Nesta abordagem, analisam, sobretudo, temáticas ligadas ao cotidiano de comunidades, “às situações-limite e às biografias ligadas à reconstituição de micro contextos ou dedicadas a personagens extremos,

⁴⁴ PEREIRA, Josenildo de Jesus. Op. Cit. 2006. p. 13.

⁴⁵ CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁴⁶ DARTON, Robert. **O grande Massacre de Gatos: e outros episódios da história cultural francesa**. São Paulo: Graal, 1986.

⁴⁷ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

⁴⁸ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História: micro-história**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 317-318, 2003.

geralmente vultos anônimos, figuras que por certo passariam despercebidas na multidão".⁴⁹

A obra, *Visões da liberdade* foi escrita pouco depois, na década de 1990, época na qual despontavam na historiografia brasileira novas abordagens sob o influxo de estudos com ênfase nos aspectos culturais e subjetivos, que antes ainda eram muitas vezes ignorados⁵⁰. Neste trabalho, Sidney Chalhoub, procurou compreender o significado da liberdade para escravos e libertos na Corte do Rio de Janeiro nos últimos anos da escravatura no Império brasileiro, refletindo acerca do modo como os escravos compreendiam o cativo e a violência.⁵¹

Desse modo, não é demais sublinhar que não se trata de uma reflexão de cunho econômico relativo à crise da agricultura mercantil e escravista, e ou acerca da "transição" entre os modos de produção escravo para o livre expresso no colapso do sistema escravista e a sua abolição. Trata-se de visões, interpretações de sujeitos históricos, agentes e viventes daquela complexa teia social escravocrata. Para tanto, analisou *ações cíveis de liberdade, processos criminais e a legislação abolicionista* do Rio de Janeiro de fins do século XIX.

O texto está estruturado em três capítulos. No primeiro, o autor aborda as percepções e as atitudes de cativos em face de situações nas quais se viam enquanto objetos de vendas e transferência de localidade. No segundo capítulo, ele analisa o significado da "ideologia da alforria" e as suas transformações na segunda metade do século XIX, discutindo acerca da Lei de 28 de setembro de 1871 no que se referia a questão da liberdade ao escravo, tal como a concessão legal do escravo comprar sua própria liberdade caso fosse possível.

No último capítulo discute a respeito da "cidade negra" sublinhando,

Os escravos, libertos e negros livres pobres do Rio instituíram uma cidade própria, arredia e alternativa, possuidoras de suas próprias racionalidades e movimentos, e cujo significado fundamental, independentemente ou não das intenções dos sujeitos históricos, foi fazer desmanchar a instituição da escravidão na Corte.⁵²

Era no meio urbano da cidade que acontecia cada vez mais a mistura e dificuldade de distinção do lugar social entre os cativos, libertos e pretos livres

⁴⁹ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. VAINFAS, Ronaldo. Op. Cit. 2003. p. 317.

⁵⁰ RAGO, Margareth. **A "nova" historiografia brasileira**. Revista anos 90, Porto Alegre, nº 11, 1999. p.76.

⁵¹ CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁵² *Ibidi.*,p.28.

*“desmontando assim uma política de domínio em que as redes de relações sociais entre senhores e escravos, ou amos e criados, ou patrões e dependentes, enquadravam imediatamente os indivíduos e suas ações”.*⁵³

⁵³ CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.192.

2. A IMPRENSA NO BRASIL

2.1. A imprensa no Brasil: um breve histórico

No Brasil, a imprensa teve um início tardio ao se considerar o contexto mundial, uma vez que, só com a chegada e instalação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro foi criada a Imprensa Régia. A respeito desta, Nogueira destaca

A administração da Imprensa Régia ficaria a cargo de uma junta, composta de José Bernardes de Castro, oficial da secretaria de Estrangeiros e da Guerra, Mariano José Pereira da Fonseca e José da Silva Lisboa. Competia à junta, conforme regimento da mesma data, além da gerência, examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes. Era a censura. Nada se imprimia sem o exame prévio dos censores reais, frei Antonio de Arrábida, o padre João Manzoni, Carvalho e Melo, e o infalível José da Silva Lisboa.⁵⁴

O primeiro jornal brasileiro é o *Gazeta do Rio*, impresso em setembro de 1808. Por muitos anos a imprensa no Brasil foi totalmente cidadina e permitida, apenas, à duas outras províncias: Bahia e Pernambuco. A este respeito Oliveira destaca que,

Com a criação da tipografia oficial, começam a ser produzidos não apenas a *Gazeta* e a documentação governamental, mas também outras obras populares como folhinhas, almanaques e textos literários e de cunho científico. Ao mesmo tempo, a censura foi um elemento constante, não apenas ao material produzido nas tipografias locais, mas também ao que vinha de fora (como o *Correio Braziliense* editado na Inglaterra). A censura e o extremo controle garantiram a centralização da produção e circulação de impressos desde sua implementação até ao processo que levou à Independência do Brasil, em 1822.⁵⁵

Ao longo do Império, os periódicos foram sendo mais provinciais. Os redatores e os intelectuais envolvidos na escrita tinham uma liberdade relativa para as suas criações literárias; porém, em questões políticas ainda encontravam obstáculos, uma vez que, segundo Sodré,

[...] o que mais se fazia, naquela fase, era precisamente discutir, pôr em dúvida, analisar, combater. Combater a pretensa sacralidade das instituições: da escravidão, da monarquia, do latifúndio. E a imprensa tinha,

⁵⁴ NOGUEIRA, Tereza Cristiny Moraes. **Representações, significados e interpretações: a escravidão na imprensa jornalística em São Luís na década de 1880**. Trabalho de Conclusão de Curso Universidade Federal do Maranhão, 2008.p. 38.

⁵⁵ OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930)**. *Historiæ*, Rio Grande, 2 (3): 125-142, 2011. p. 132.

realmente, em fileiras, grandes combatentes, figuras exemplares, como homens de jornal e como homens de inteligência ou de cultura⁵⁶.

A respeito desta, Capelato sublinha que,

Desde os seus primórdios, a imprensa se impôs como uma força política. Os governos e os poderosos sempre a utilizam e temem; por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais. Os que manejam a arma-jornal têm uma variada gama de opções entre o domínio das consciências e a liberdade; os alvos que procuram atingir são definidos antes da luta, mas o próprio movimento da história os leva, muitas vezes, a mudar de rumo.⁵⁷

No que se refere à escravatura, Josenildo Pereira sublinha que a escravidão era, nos últimos anos do oitocentos, o tema principal de conversas “*em cozinhas, esquinas, bares, salões, câmaras legislativas e, sobretudo, a imprensa jornalística*”⁵⁸. Esse debate se devia às múltiplas formas de resistência levadas a cabo por escravos, bem como, pela sua eminente desregulamentação em face das oscilações da economia brasileira que dependia do ritmo e demandas do mercado externo.

Poucos trabalhos sobre a temática foram feitos, sendo esse objeto mais aproveitado como estudo na década de 1980, com o autor Sebastião Jorge tratando do Maranhão e, em nível de Brasil, Nelson Werneck Sodré.

2.2. Sociedade e imprensa no Maranhão do século XIX

No século XIX, a cidade de São Luís, era o ícone do esplendor econômico gerado pela agricultura mercantil de exportação e escravista. Em 1821, ao passarem pelo Maranhão, a seu respeito, os viajantes estrangeiros Spix e Martius, declararam ser ela, “a quarta cidade do Brasil em população e riqueza, depois do Rio de Janeiro, Salvador e Recife”⁵⁹ tal como indicava o imponente casario, com sobrados de até três andares, espalhados pelo bairro mais importante – a Praia Grande. Conforme Faria, estes viajantes ficaram, agradavelmente, surpresos com aquilo que

⁵⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.p. 233.

⁵⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A Imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p. 13.

⁵⁸ PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Imprensa, ética escravista e idéias abolicionistas no Maranhão na década de 1880**. Artigo apresentado ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. p.2.

⁵⁹ Apud. FARIA, Regina Helena Martins de. **Descortinando o Maranhão Oitocenista**. IN: Meandros da História: trabalho e poder no Grão-Pará e Maranhão séculos XVIII e XIX. Belém: UNAMAZ, 2005. p. 231.

chamaram de “dignidade do comportamento e tom seguro e educado da sociedade”⁶⁰

Mas, não é demais salientar que essa “dignidade exemplar” era privilégio de grandes proprietários de terras e de escravos e comerciantes do setor importador/exportador devido ao uso da escravatura como modo de trabalho, o qual lhes proporcionou riqueza, prestígio e poder no Maranhão. Tudo isso, em decorrência da gestão de negócios de Portugal por Marquês de Pombal, o qual, ao criar a *Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão* dinamizou a economia mercantil promovendo mudanças significativas no âmbito social e político da província. A este respeito Cabral sublinha,

As mudanças que se processaram na fase material determinaram, pois, modificações na organização social. Com a produção em larga escala dos produtos mercantis, algodão e arroz intensificou-se a corrente de importação de escravos africanos, libertando-se, de certa forma, o índio e o mestiço, até então considerados trabalhadores fundamentais das atividades econômicas do Maranhão. Por outro lado, o desenvolvimento da produção exportável, com base no trabalho escravo, provocou o aumento da riqueza e do prestígio dos colonos proprietários de sesmarias, transformando-os senhores produtores de algodão e de arroz e possuidores de muitos escravos [...]⁶¹

No início do século XIX, aproximadamente, um terço da população do país era constituída de escravos. Mas, em algumas províncias, o contingente de cativos era mais representativo – o Maranhão era uma delas, pois, os escravos representavam 77,7% da mão-de-obra nos trabalhos agrícolas.⁶² Acerca da estrutura e dinâmica da sociedade maranhense no século XIX, Pereira destaca que,

No cotidiano da estrutura social escravista maranhense, os ricos comerciantes e os proprietários rurais: fazendeiros de algodão e donos de engenhos de açúcar se comportavam baseados no desejo de serem reverenciados. O prestígio e a visibilidade social dessas classes estavam assentados na riqueza gerada pela agricultura mercantil de exportação, na posse de muitos escravos e no suntuoso estilo de morar, em casarões coloniais nas cidades de São Luis e Alcântara, ou em vivendas (Casas-grande) no interior da província. Acrescenta-se ainda o hábito de enviar os filhos homens para estudarem na Europa, sobretudo em Portugal, França ou Inglaterra, por distingui-los das classes trabalhadoras.⁶³

⁶⁰ Apud. FARIA, Regina Helena Martins de. Op. Cit. 2005.

⁶¹ CABRAL, Maria do Socorro Coelho Cabral. **Política e Educação no Maranhão (1834-1889)**. São Luís. SIOGE, 1984. p. 110.

⁶² FARIA, Regina Helena Martins de. **A transformação do trabalho nos trópicos: propostas e realizações**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

⁶³ PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. São Paulo: USP, 2006. p. 31.

Para manterem o seu poder e realizarem os interesses, os ricos comerciantes e grandes proprietários de terras e de escravos elegiam os seus representantes na política, intervindo nos resultados e indicando pessoas aos cargos que lhe provinham. Como bem explicita Pereira:

Os ricos comerciantes e os proprietários rurais, isto é, prósperos lavradores de algodão, para garantirem a realização dos seus interesses de classe, influíam na política local elegendo vereadores, deputados e senadores, intervindo no resultado de eleições, indicando pessoas para ocuparem cargos da burocracia pública local ou na Corte. Essa engenharia política se sustentava por meio de uma complexa rede de compromisso permeada por laços de amizade e matrimoniais constituídos entre as famílias ricas, tal como ocorria em outras províncias brasileiras.⁶⁴

Essa rede de compromisso era o que geria o exercício de seu poder local mantendo e reforçando o prestígio social das classes dominantes, pois, como bem adverte Marilena Chauí,

[...] Em sociedades divididas em classes (e também em castas), nas quais uma das classes explora e domina as outras, essas explicações ou essas idéias e representações serão produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político.[...] Por seu intermédio, os dominantes legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas.⁶⁵

Nesse cenário, conforme destaca Pereira,

Os escravos, por sua vez, tinham um duplo significado: por um lado, eram “as mãos e os pés do senhor”, o símbolo do prestígio e a garantia de acesso aos créditos financeiros no mercado de capitais na época, e, em contrapartida, o motivo de medo e de pânico de seus senhores.⁶⁶

Na província do Maranhão, a imprensa só foi autorizada alguns anos depois ter sido instalada em outras províncias como a Bahia em 1811 e Pernambuco em 1817. No ano de 1821 eis que saiu o primeiro número do *Conciliador do Maranhão* - periódico de cunho burocrático e que não teve vida longa. A província de Belém e a cidade de Vila Rica receberam, neste mesmo ano, a autorização para

⁶⁴ PEREIRA, Josenildo de Jesus. Op. Cit. 2006. p. 33.

⁶⁵ CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 24.

⁶⁶ PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Na fronteira do cárcere e do paraíso: escravidão, cotidiano e resistência escrava no Maranhão oitocentista**. IN: Meandros da História: trabalho e poder no Grão-Pará e Maranhão séculos XVIII e XIX. Belém: UNAMAZ, 2005.p. 183.

funcionamento de tipografias.⁶⁷ Joaquim Serra escrevendo acerca da imprensa maranhense sublinha que se tratava de uma das mais importantes do país.⁶⁸

A publicação deste jornal, *O Conciliador do Maranhão*, foi incentivada pelo governador *Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca*. A princípio era manuscrito em folha de papel almaço, e a partir de julho de 1821 passou a ser impresso. Depois de algumas décadas os periódicos foram sendo interiorizados pela província do Maranhão. A cidade de Caxias foi a segunda cidade a ter um jornal impresso em 1848.⁶⁹

A respeito do lugar de jornais no contexto maranhense do século XIX Sebastião Jorge sublinha que,

Nos primeiros 20 anos da imprensa maranhense, sentimos que os jornais foram, não apenas testemunhas da história, mas autores desta mesma história, pela participação efetiva na vida política e cultural da província. Os grandes temas do momento, internacionais, nacionais e regionais eram discutidos com paixão e dentro de uma ótica que revelava o profundo conhecimento dos publicistas.⁷⁰

Não é demais lembrar que entre a primeira publicação do *Conciliador Maranhense* e o ano de 1841 ocorreram eventos como, a *Independência* do Brasil; a *Setembrada*, a *Balaiada* e, deles, os articulistas dos periódicos existentes na província participaram “opinando” a seu respeito.

Desse modo, Sebastião Jorge sublinha que os discursos de articulistas dos jornais daquela época refletiam o seu contexto histórico, pois, “Os jornalistas se caracterizavam pela ideologia e posições assumidas na política, daí o surgimento de uma imprensa doutrinária e combativa. O gênero dominante era o opinativo e a informação se reduzia a alguns artigos”.⁷¹

⁶⁷ OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930)**. *Historiæ*, Rio Grande, 2 (3): 125-142, 2011.

⁶⁸ SERRA, Joaquim. **Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão (1820-1880)**. Rio de Janeiro: Editores Faro& Lino, 1883.

⁶⁹ Segundo Roseane Arcanjo Pinheiro no artigo *Gênese da Imprensa no Maranhão nos séculos XIX e XX*, os autores Antônio Lopes (1959) e Celeste Silva (1981) divergem na informação de qual teria sido o primeiro jornal de Caxias e o ano de sua impressão, em que, para Lopes, teria sido o *Brado de Caxias*, em 1845 e para Silva teria sido *O Telégrafo* em 1848. PINHEIRO, Rosane Arcanjo. **Gênese da Imprensa no Maranhão nos séculos XIX e XX**. V Encontro Nacional de História da Mídia: São Paulo, 2007.

⁷⁰ JORGE, Sebastião Barros. **Os primeiros passos da imprensa no Maranhão (1821-1841)**. São Luís: PPPG/EDUFMA, 1987. p. 10.

⁷¹ *Ibidi.*,p.10.

Conforme Pereira, a imprensa jornalística teve um papel importante nas últimas décadas do século XIX ao publicizar os termos do debate da chamada crise da agricultura mercantil, com ênfase na escravatura,

Nas últimas décadas do século XIX, no Brasil, a escravidão era o tema de pauta de conversas em cozinhas, esquinas, bares, salões, câmaras legislativas e, sobretudo, na imprensa jornalística, uma vez que havia perdido o seu “sentido” sendo desgastada pela luta dos escravos, mas, também, porque a própria economia baseada na monocultura de produtos primários para exportação como atividade complementar à economia europeia não reunia mais condições para se manter, pois o capital industrial promovia uma revolução no processo de acumulação capitalista.⁷²

Mas, na década de 1880, o Maranhão era uma província decadente devido a diminuição da força de trabalho escrava provocada pelo fim do tráfico atlântico e o tráfico interprovincial, e, também, porque os seus principais produtos de exportação tiveram a sua demanda diminuída no mercado estrangeiro. Desse modo, a reprodução da sociedade escravocrata já não tinha mais fundamentos que a explicasse e justificasse a sua permanência. Em vista disso uma nova engenharia social de dominação, com os seus termos se tornou uma exigência. Por isso, à sua procura foram gastos muitos neurônios.

Nesse contexto a imprensa teve um papel singular, pois, os periódicos eram o “circuito de interatividade” porque faziam circular ideias e propostas relativas a chamada crise da agricultura de exportação, com ênfase na escravatura. Na capital da província circulavam cerca de 30 jornais - um número considerável com perfis diversificados por serem uns políticos, outros literários, jocosos e até religiosos.⁷³

Mas quem eram os leitores?

A população da província era de cerca de 359.040 habitantes, de acordo com o censo de 1872. Deste número, 290.397 não sabiam ler e nem escrever, portanto, 81% da população. Assim, a pequena parcela de letrados estava representada naqueles que tinham melhores condições de estudo, portanto, os ricos, ou seja, os grandes comerciantes e os proprietários de terras; portanto, os que mais estavam interessados neste tema por serem eles os afetados, na prática, pelos seus desdobramentos.

⁷² PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Imprensa, ética escravista e idéias abolicionistas no Maranhão na década de 1880**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. p. 2.

⁷³ Id., **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**, 2006.

3. A IMPRENSA E O DISCURSO ABOLICIONISTA NO MARANHÃO

Na província do Maranhão, como já referido, em 1880 circulavam trinta (30) jornais de diferentes perfis - religioso, literário, político e recreativo.⁷⁴ Destes, apenas 3 eram diários: o *Diário do Maranhão*, o *Pacotilha* e *O Paiz*, nos quais, à época, se podia ler as concepções de seus articulistas acerca de temas como escravidão, a agricultura e o abolicionismo. A respeito do trabalho escravo Pereira destaca que,

Na década de 1880, o debate, em curso, a respeito da abolição do trabalho escravo se ampliou com todo vigor, indicando que seus articulistas, baseados em princípios do liberalismo político e econômico construíram um discurso ideológico de que o trabalho livre produzia mais do que o trabalho escravo.⁷⁵

Ao se considerar que o trabalho escravo era a base de sustentação da vida material do Império brasileiro e, sobretudo, das classes dominantes, vale dizer, então, que o que estava em jogo era a permanência das relações de poder e de dominação erigidas sob o a estrutura e o ritmo da agricultura mercantil de exportação e escravista.

Como dito, nesse contexto, a imprensa jornalística teve uma atuação muito importante fazendo circular os termos do debate. A respeito deste importa sublinhar que haviam duas perspectivas disputando a hegemonia: a *emancipacionistas* e a *abolicionistas*. Da primeira eram partidários os articulistas dos jornais *Diário do Maranhão* e *O Paiz*. Da segunda, os articulistas do jornal *Pacotilha*. Ambas propugnavam a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, mas, divergiam quanto ao seu encaminhamento.

Os emancipacionistas defendiam a abolição gradual da escravatura mediada pela indenização de proprietários de terras e escravos. E, por outro lado, os abolicionistas defendiam a abolição imediata do trabalho escravo, a industrialização, o progresso, como as novas referências econômicas para a província.

Desta perspectiva esboçada se compreende que os articulistas desses jornais estavam sensibilizados na defesa dos interesses das classes dominantes embora “falassem” em nome da província. Segundo Pereira, este teria sido o motivo da fundação do jornal *O Progresso*, em que reafirmavam a indústria açucareira

⁷⁴ PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. São Paulo: USP, 2006.

⁷⁵ *Ibidi.*, p. 134.

como a nova fonte de riqueza da província ao contrário do algodão, agora ineficiente. Não é demais sublinhar que tal proposição decorria, naquela conjuntura, do acúmulo por parte dos filhos dessas classes que estudaram na Europa – afinal, a sua formação esteve pautada nos fundamentos da industrialização, do liberalismo político, da economia liberal, do positivismo, do evolucionismo, e do racismo científico⁷⁶.

Portanto, aqueles jovens ao voltarem ao país tornaram-se potenciais veículos de propagação de tais ideais ou compartilhadores das mesmas com intelectuais ávidos de alternativas para porem um fim à escravatura e incluírem a província nos trilhos do progresso. Nesse sentido, a grande imprensa jornalística teve um papel muito importante na defesa dos interesses das classes dominantes locais apontando as eventuais soluções para a “crise”.

E os jornais de menor envergadura, o que disseram acerca da escravatura naquele contexto de crise da agricultura mercantil de exportação e escravista? Por meio da leitura e análise do *Jornal Carapuça*, apresentaremos algumas nuances de seus argumentos.

3.1. O jornal *Carapuça*: o que era e quem o “vestia”?

No dia 12 de junho de 1884 veio a público, na capital da província do Maranhão, o primeiro número do jornal *Carapuça*. Em seu subtítulo era apresentado como *Órgão de Todas as Classes*. Em seu editorial sublinhava,

Como um desses fenômenos que primão pela raridade, aparece o **Carapuça** não pleiteando um dos primeiros logares na arêna jornalística, porque para isso lhe falta habilitação, mas como simples defensor dos direitos postergados diante da ambição desmarcada e da ingratidão atirada as faces d'aquelles a quem devem relevantes serviços.⁷⁷

A sua publicação se deu em meio a uma conjuntura caracterizada, no norte do Império brasileiro, por movimentos em prol da abolição da escravatura. Desse modo, não é demais lembrar a abolição do trabalho escravo na província de Belém e, anteriormente, no Ceará, no ano de 1883. Estes eventos foram referidos como exemplos em discursos abolicionistas e citados em artigos do jornal *Carapuça*.

⁷⁶ FARIA, Regina Helena Martins de. **A transformação do trabalho nos trópicos: propostas e realizações**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

⁷⁷ **Carapuça**, Editorial. São Luís, nº 1, 12 de junho de 1884. p. 1.

Os redatores deste publicaram um artigo que teria sido impresso no jornal o *Libertador*, no Ceará, no qual foram tecidos comentários acerca de dois números que foram entregues ao Carapuça:

“CARAPUÇA”

Recebemos o 1º e 2º números desse jornal, que começou a ser publicado na capital da província mais negreira do Brasil – o Maranhão.

O *Carapuça* parece disposto a penetrar na Bastilha ao fundo de alguma senzala; mas, perdô-nos o collega, para entrar na *Bastilha* da escravidão maranhense e preciso – não uma carapuça, mas uma enorme carga de dynamite.

Agradecemos a remessa do *Carapuça* e desejamos que elle transformado em uma corôa de ferro [i]ncandecente vá queimando o cranco azinhavrado desses pífiros e repugnantes negreiros.⁷⁸

O *Libertador* chamou o Maranhão de a “*província mais negreira do Brasil*”. Mas, em réplica, os editores do Carapuça protestaram demonstrando sua convicção de arautos da liberdade ao sublinharem serem eles “*a prova mais convincente da injustiça do Libertador*” e ser “*defensor dos direitos postergados*”. E, por isso mesmo, este periódico teve uma existência muito curta, menos de dois meses, porque se posicionou em defesa “*d’aquelles a quem devem relevantes serviços*”, por meio da publicação de artigos, de comentários e citações relativas ao sistema escravista, mas “*sem prejuízo dos interesses de quem quer que seja*”.⁷⁹

Os seus redatores diziam ser o jornal a “*Propriedade de uma associação*” que o criou para fins de subsistência. Em vista disso pediam a proteção do público a fim de manter o *jornalzinho*. Desse modo, se supõe que os seus redatores não eram abastados.

O Carapuça teve apenas 12 números publicados entre os dias 12 de junho e 20 de julho de 1884. Lançaram, nesse ínterim, duas edições por semana. Mas, como sublinhavam os seus redatores, “*isto por enquanto, visto as cousas por cá ainda não estarem nos seus eixos*”.⁸⁰ Logo é razoável pensar que o plano dos editores seria de tornar o Carapuça um jornal diário.

O Carapuça era impresso na *Tipografia Conservadora*, na rua São João nº 113 onde, também, era impresso o jornal *Cruzeiro*. Mas, haviam outros dois estabelecimentos em caso de devolução de assinaturas: *Casa do Diabo*, rua do Sol, e *comercial dos Irmãos Guimarães*, na rua Grande. Contudo, não se sabe se os

⁷⁸ **Carapuça**, São Luís, nº 6, 28 de junho de 1884, p.1.

⁷⁹ Id. Ibid. p. 2.

⁸⁰ **Carapuça**, São Luís, nº 2, 14 de junho de 1884, p. 4.

donos desses estabelecimentos estariam diretamente ligados ao periódico, apesar dos redatores terem comunicado que estavam com “falta de trabalho”.

O jornal era composto por quatro páginas divididas em três colunas cada uma. As sessões fixas eram, inicialmente, *Liberdade* (artigos publicados acerca de interesses abolicionistas); *Badaladas* (respostas e/ou críticas a algum assuntos de importância do jornal); *Secção Livre* (assuntos diversos); *Expediente* (assuntos relacionados ao jornal como local para assinaturas, valor e tiragem etc. e sessão da qual temos o único nome realmente relacionado ao jornal, *Saturnino Barros da Cunha*, encarregado pelo recebimento de artigos e assinaturas.) e a última página dedicada aos *anúncios*.

A partir do mês de julho a coluna Liberdade passou a ser denominada de *Barretes e Carapuças*. Entre uma coluna e outra publicavam notícias, denúncias, anedotas e assuntos diversos. Os seus redatores não assinavam nenhum artigo, mas, a escrita deste jornal era bastante combativa, irônica e, inclusive ao citarem matérias de algum outro jornal como forma de apreciação ou crítica.

BADALADAS

Protestemos

O respeitável collega do *Diário do Maranhão*, noticiando em sua edição de 5 do corrente o facto dos beneméritos promotores da emancipação da capital do Amazonas terem feito pintar quadros allegoricos representando as províncias do império nas festas de 24 de maio tomou uns tons carregados de censor e achou enormemente injusto, descortez e criminoso que os quadros relativos a Maranhão e S. Paulo não fossem uma mentira pintada.

Representando elles a escravidão e seu cortejo de negroses foram, á luz diamantina da justiça, de um realismo completo, porque effectivamente esta desranhada pátria de sabiás e palmeiras e aquella outra dos cafesaes, são *indifferentes à civilização* que começa de invadir a sociedade brasileira, nobilitando-o pela extincção da barbárie do esclavagismo.

O respeitável collega do *Diário* não arredou-se, porém, da chapa, censurando os abolicionistas de Manaus.

Disse que o nosso povo é abolicionista, nos limites da legalidade e confia na *sabia* lei de 28 de setembro para consumir-se a obra da abolição.

Miseravel chapa!

Sabe o respeitável collega o que pode conseguir com a tirada que escreveu mais ou menos n'aquelles termos?

Em face da palavra de Victor Scoelcher, foi confirmar que nós representamos um triste papel na comedia do esclavagismo.

Olhe o que disse Victor Scoelcher:

Si fosse possível engendrar uma instituição mais immoral ainda do que a escravidão, a lei de 28 de setembro represental-a-ia fielmente.⁸¹

Como se pode notar os redatores faziam do seu jornal uma espécie de plataforma de defesa do abolicionismo criticando, veementemente, outros jornais. No caso aludido, o jornal *Diário do Maranhão*, porque primava pela proteção dos direitos

⁸¹ **Carapuça**, São Luís, nº. 1, 12 de junho de 1884. p. 2

de grandes proprietários de terras e escravos defendendo a emancipação gradual e a indenização de escravagistas. Nesse movimento o articulista do artigo cita *Victor Schoelcher*, um conhecido abolicionista francês que trabalhou ativamente na abolição da escravidão no século XIX.⁸² Nesse sentido, trata-se de um periódico no estilo denominado por Capelato como *arma-jornal* cujos alvos já estavam definidos.⁸³

Mas, porque o jornal que tinha a pretensão e planos de crescer teve um fim muito precoce?

De acordo com os termos do Editorial do sétimo número, o mesmo por ter uma grande circulação estava precisando de vendedores - meninos – os quais receberiam “*uma gratificação no fim de cada mez*”. No entanto, depois deste, apenas mais cinco números foram publicados. Teria a venda caído abruptamente ou outra causa teria contribuído para o fechamento do jornal? Ou as duas opções foram decisivas? Segundo os seus redatores, o jornal passou a ser motivo de perseguições devido aos seus ideais em relação a escravatura.

3.2. O perfil ideológico do jornal

Os jornais, como já referido, “são os melhores testemunhos da história de uma época”. Por isso, é imprescindível analisar o contexto no qual o Carapuça foi fundado e pôr em perspectiva seu discurso. Nesse sentido, convém sublinhar conforme Foucault que o discurso,

[...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto de desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.⁸⁴

Desse modo, vale salientar que por meio do jornal Carapuça, os seus articulistas, os donos e colaboradores proferiam o discurso abolicionista por compreenderem que a agricultura mercantil baseada no trabalho escravo estava em decadência e que era necessário criar novas práticas econômicas e formas de

⁸² **A rota das abolições da escravidão e dos direitos humanos.** Encontrado no Site pt.abolitions.org

⁸³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A Imprensa na História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

⁸⁴ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 10.

trabalho que assegurasse a vida material da província encapsulado no conceito de progresso, tal como sugere o artigo publicado na coluna Liberdade.

LIBERDADE

Escravidão e Abolicionismo

[...] Esta chamada Athenas que se intitula de civilizada, ainda possui escravos. Que absurdo! M absurdo sem comparativo algum.

Ah! Não recuemos diante de uma coisa que para nós é tão fácil; unamo-nos para melhor trilharmos este caminho de honra.

Deixemos o descanso para mais tarde; quando na nossa terra a escravidão estiver extinta.

Para exemplo de que esta é a obra mais meritória que se possa fazer à pátria, temos diante de nós exemplos edificantes. E nós aqui de olhos vedados, vamos para traz!

Avante, maranhenses! Havemos de propalar por toda parte as inconveniências da escravidão; havemos de apegoal-as, já pela imprensa, já pelas reuniões em que estivermos.

[...]

Vamos, sejamos dignos estadista brasileiro; libertemos nossa pátria, fazendo que não haja aqui um só escravo.

No Brazil todos os homens devem ser livres, porque todos nasceram debaixo do mesmo céu, aquecidos pelo mesmo sol e embalados pela mesma briza

Não queremos com a presente idéa extorquir o direito de propriedade e nem com a força do absurdo arranca-lo a outrem, porque isto daria em Resultado a lucta sanguinolenta do oprimido contra o opressor.

Somos abolicionistas, mas não desejamos ver o direito de prepotência exercido sobre a garantia e haveres dos povos.⁸⁵

O artigo não é muito diferente do discurso defendido pelos redatores do *Pacotilha* quando diz “*Não há um só paiz civilizado que ainda conserve esta negra chaga, que infelizmente, é a vergonha do Brazil*”⁸⁶. Porém, logo no terceiro número do *Carapuça*, eles notificam que o periódico sofreu “*projectos de vingança*” de um certo *Zé povinho*.⁸⁷

BADALADAS

[...]

Que importa-nos que o *Zé povinho* ainda não choque a *Carapuça*, não nos atire os seus dois vinténs, que importa que mourijemos na pena e nos typos, ao Deus dará, quando a burguesia se ergue e então um murmúrio confuso de imprecuações e traça projectos de vingança contra a nossa ousadia de talhar esta *Carapuça*?

Que importa?

⁸⁵ **Carapuça**, São Luís, nº3, 18 de junho de 1884, p.1-2.

⁸⁶ **Pacotilha**, 13 de setembro, 1881.

⁸⁷ *Zé Povinho* é uma expressão que foi utilizada, primeiramente, por Rafael Augusto Bordalo Prestes Pinheiro, caricaturista do periódico *A Lanterna Mágica*, em 1875. Designou tal alcunha em interpretações variadas, entre elas o do conformismo. CITI-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa. Encontrado em http://www.citi.pt/cultura/artes_plasticas/caricatura/bordalo_pinheiro/granja.html

Assim, como assim, si o Ze nos volta o rosto porque não nos conhece ainda, porque não sabe si somos mouro ou christão, os peruanos agitam-se dão que fazer á cachola para descobrirem um meio de fulminar-nos Já chegou aos nossos ouvidos que as ultimas badaladas soaram nos baronescos solares como rebate e que o ilustre senhor encastelado no cimo desta feitoria nomeou comissões de syndicancia, que lhe digam de onde viemos.

Poupemos fadigas aos syndicos:

Sahimos da officina.

Duvidam?

Uma officina é sempre uma forja, onde as almas se purificam pelo trabalho; não há, pois inverozimilhança em revelarmo-nos o que somos, - abolicionistas, utilitários e verdadeiramente democratas.

O que nos impediria de expandir as nossas idéas tão inteiramente como sentimolas?

Uma só coisa.

A nossa mal curada educação intelectual; não obstante o que, visto não ser do nosso programma discutir o emprego das virgulas e do ponto final, falaremos pelo que nos parecer razoável sem pedir licença aos Setores quanto mais... quanto mais...

Entendem?⁸⁸

É interessante notar que os discursos proferidos pelos articulistas deste periódico estavam chamando atenção das classes dominantes ao tratarem de “*comissões de syndicancia*” por saberem que eram os seus representantes que vestiam a “Carapuça”. Desse modo vale sublinhar que, desde a publicação dos primeiros exemplares deste jornal, que o mesmo estava sendo censurado pelo teor crítico, vigoroso e romântico de seus artigos publicados, tal como se pode deduzir deste abaixo discriminado,

LIBERDADE

Escavidão e o Abolicionismo

A abolição do esclavagismo não pode ser adiada.

Tres séculos de sofrimento reclamam-n'a prontamente.

Mas neste paiz onde tudo é mentira, onde se falseiam todos as concepções civilisadoras, onde em vão simulacro do regimen constitucional, como a estatua do commentador, aterra os que tomam assento no banquete da democracia, a idéa da abolição, inspira receios piegas e absurdos de suprema grandeza.

Será um mal, dizem, á uma, todos os estadistas, porque será precursora de uma conflagração.

E citam como chave de oiro de suas declamações a revolta dos Estados Unidos, a qual; vista á luz purificada da Historia, não foi sinão um manejo para ofuscar o brilho á immorredora gloria de Lincoln, a quem os adversários a todo custo procuravam derribar do poder.

Conflagração!

Não temos aos nossos olhos o recente quadro do Ceará livre, oferecendo o mais valioso argumento para destruir o absurdo gerado não pelo temor, mas pelos interesses inconfessáveis do parasitismo?⁸⁹

⁸⁸ **Carapuça**, São Luís, nº3, 18 de junho de 1884, p.2.

⁸⁹ **Carapuça**, São Luís, nº 4, 21 de junho de 1884, p 1.

Como demonstrado, o discurso do Carapuça era crítico e eloquente; e, por isso mesmo, estimulou a sua coerção por parte daqueles que se sentiam prejudicados e, assim, pretenderam com “*ousadia de talhar esta Carapuça*”.⁹⁰

3.3. O Carapuça e outros jornais: quem vestiu a Carapuça

O jornal Carapuça, em suas páginas, citou alguns jornais tal como o Pacotilha, o Diário do Maranhão e o Cruzeiro - criticando ou comentando alguma notícia. O Cruzeiro, por estar mais diretamente em contato porque era editado na mesma tipografia. O Pacotilha por ter muita similaridade quanto ao tratamento do tema – *a abolição do trabalho escravo*. No caso do Diário do Maranhão, o tom dos comentários era sempre de críticas, tal como se pode notar no fragmento abaixo discriminado,

[...]

Por mais de uma vez tem a *illustrada* redação da *Pacotilha* manifestado francamente a sua opinião sobre a abolição do elemento servil, fazendo a apologia d’essa idéa, que tende forçadamente a reformar a sociedade brasileira.

Não temos a menor duvida n’esse sentido, por quanto o nosso publico sabe perfeitamente que a *Pacotilha*, acompanhando o progresso em sua evolução, é – *abolicionista*, e, como todo amante d’esta terra, vê que na extinção da escravatura está a salvação da nossa pátria.

Se não faz propaganda activa, se energicamente não procura lutar com a calila dos negreiros, *ao menos não é imbecil e parva como o Diario, que por espirito de servilismo faz causa comum com os escravocratas.*

Do *Diario* não se podia esperar outra cousa, porque elle é *asneira personificada*, elevada as sua mais alta expressão.

A *Pacotilha*, porem, temos a fazer uma observação: - sendo abolicionista como é, o que não contestará – como publica todos os dias um sem numero de annuncios sobre compras, vendas e fugas de escravos??

Desejamos ver isto explicado para que não se diga que a *Pacotilha* é abolicionista e escravocrata ao mesmo tempo, o que é improprio de quem tem character e bastante luz no espirito como, o *sympathico* jornal da tarde.

Esperamos pela explicação, ou por outra – contamos que o distincto collega – se nos permite o tratamento – depois de ter pensado no que acabamos de dizer trancará para sempre as suas columnas aos annuncios a que nos referimos.

Ou bem escravocrata ou bem abolicionista. Ser ou não ser.

Convem definir-se.⁹¹

Em sua crítica, os articulistas do Carapuça faziam referência a contradições praticadas pelo jornal Pacotilha por se apresentar, também, abolicionista e publicar anúncios de fugas e vendas de escravos. Em resposta o

⁹⁰ **Carapuça**, São Luís, nº3, 18 de junho de 1884, p.2.

⁹¹ **Carapuça**, São Luís, nº 9, 10 de julho de 1884. p. 3.grifo meu.

Pacotilha se defendeu não negando os anúncios relativos aos escravos sublinhando - “*não só porque seus collegas não seguirão o seu exemplo – como também [...] nada lucraria a grande causa da abolição*”⁹². Vale lembrar que o Pacotilha, por ser um órgão independente e apartidário, necessitava do dinheiro das publicações de anúncios, e do capital das assinaturas para cobrir as suas despesas, pois, os jornais financiados pelo governo tinham essa renda a mais para a sua manutenção.⁹³

Desse modo, não é demais sublinhar que os jornais *Pacotilha* e o *Diário do Maranhão*, embora divergissem nas concepções acerca da escravatura, os mesmos, compartilhavam da opinião que escravo era uma mercadoria passível de compra e venda.

O jornal, o *Cruzeiro*, editado na mesma tipografia que o *Carapuça*, foi o que contribuiu para o fim desse periódico por meio das duras críticas feitas ao mesmo,

Carapuça

Só agora é que o director d'este estabelecimento, onde se imprime a *Carapuça*, leu o numero 9 d'este periodico.

Não podendo nem devendo consentir que a *Carapuça* se exceda, como se excedeu n'esta sua edição, na manifestação dos seus sentimentos abolicionistas, apregoando idéas subversivas do nosso estado social: o sr. Director do estabelecimento tomou a firme resolução de submeterá censura prévia todos os artigos referentes áextincção da escravidão, que d'esta data em diante foram feitos n'este sentido.

Assim procede, não por *oposição á libertação do elemento servil*, mas pelo dever que tem de respeitar e manter as instituições do paiz dos quaes faz parte integrante, ainda que desgraçadamente, a propriedade – escrava - , que nos legaram, os nossos ante passados.

Trabalhe-se por condemnal-a mas pelas formas e meios regulares e não provocando escandalos, desrespeitos, immoralidades, e quiçá – crimes.

Estas reflexões devem servir de prova irrecusavel de que o *director d'este estabelecimento é completamente estranho áredacção, direcção e composição da Carapuça*.⁹⁴

Para os articulistas do jornal o *Cruzeiro*, o crime do *Carapuça* foi o excesso “*apregoando idéas subversivas*” e “*não por oposição á libertação do elemento servil*”. Ora, como bem informaram os articulistas do *Carapuça*, no dito número 9 do jornal, “*Em volta de nossa humilde pessoa se está formando uma tempestade de cólera*”⁹⁵. Após a publicação desta declaração pelo jornal o *Cruzeiro*, o *Carapuça* ainda publicou duas edições.

⁹² **Carapuça**, São Luís, nº 10, 13 de julho de 1884. p. 2.

⁹³ Jorge, Sebastião Barros. **Os primeiros passos da imprensa no Maranhão (1821- 1841)**. São Luís: PPPG/EDUFMA, 1987.

⁹⁴ **Cruzeiro**, São Luís, nº 27, 11 de julho de 1884. p. 3.

⁹⁵ **Carapuça**, São Luís, nº 9, 10 de julho de 1884. p.1.

Na penúltima, foi publicada uma nota assinada por *José Casimiro d'Oliveira Fontes*, na qual declarava não ser autor de nenhum artigo relativo a liberdade de escravos, por trabalhar no jornal *Cruzeiro*. Assim, se nota que os que trabalhavam no *Cruzeiro* ou na tipografia, queriam se desvencilhar de qualquer relação com o *Carapuça* deixando, assim, abertura para conclusões de que a perseguição ao jornal era séria por ser contra a manutenção da escravatura.

Até ao último número, o *Carapuça* manteve o perfil de seu discurso:

Continuam alguns indivíduos a ameaçarem os vendedores da *Carapuça*.
A moda não pega!
Si continuarem com essas bestiais ameaças, passarão pelo desgosto de servirem se d'um formidável *barrete* que havemos de calcar-lhe nas ocas cachólas.
Que culpa tem o vendedor de serem de máos corações.
- Que idiotas⁹⁶

Dessa forma, tem-se mais uma demonstração de como o jornal não estava sendo bem quisto na capital da província, a ponto de haver represálias aos vendedores do periódico, mostrando que os viam como desrespeitadores da propriedade privada. O abolicionismo tinha que manter-senos limites da ordem e da legalidade.

Após a nota desferida pelo *Cruzeiro*, o *Carapuça* tentou resistir apesar de não ter mais a tipografia onde, anteriormente, imprimiam os seus números. O que sabemos é que dois números, após a data do anúncio de proibição do *Cruzeiro*, foram lançados. Depois, só pequenas notas foram publicadas no *Pacotilha*, jornal que desde a primeira impressão, havia desejado "*prospera vida e feliz carreira*"⁹⁷ ao *Carapuça*:

CARAPUÇA

Constando a associação proprietária deste jornal, que alguém tem encarregado de propalar, que o *Carapuça* não reaparecerá jamais: Apressa-se à mesma associação, em declarar ser completamente inexacto semelhante boato

O *Carapuça* reaparece no dia 20 do corrente, sahindo de sua propriedade e na sustentação das idéias que advoga. A associação tem empregado todos esforços afim de não haver mais interrupção na publicidade do mesmo jornal.

Maranhão 1 de agosto de 84.⁹⁸

Tal notícia se repete no *Pacotilha* nos dias 4 e 5 de agosto de 1884, depois disso não reapareceu qualquer indício do *Carapuça*. Logo, é razoável

⁹⁶ **Carapuça**, São Luís, nº 12, 20 de julho de 1884. p. 3.

⁹⁷ **Pacotilha**, São Luís, nº 157, 13 de junho de 1884. p. 3.

⁹⁸ **Pacotilha**, São Luís, nº 202, 1 de agosto de 1884. p.3.

pensarmos que os redatores do periódico não tinham intenção de pôr fim às publicações, mas mostra também, que estavam tendo dificuldades de conseguir uma nova tipografia e, por isso, se tornou inviável fazer a edição e publicação deste jornal.

Um pequeno artigo foi publicado no Pacotilha, no dia seguinte da pretensa volta do Carapuça. Um artigo que lamenta a falta do Carapuça:

Em que ficamos?

Esperavamos hontem com a máxima impaciência a *Carapuça*. A impaciência chegou ao delírio! Mas qual *Carapuça*, nem meia *Carapuça*, de modo que durante longos tempos estamos expostos a acção deletéria e caustica do rol, sem o tão poderoso conchego da formosa e bella *Carapuça* que não sabemos, se *pela sua magica*, tem levado a inquietação e terror ao seio desta população, cuja indole pacifica, pode comparar-se a mansidão do cordeiro. Resta-nos, no entretanto, a esperança de vêl-acollocada ainda na cabeça de quem toca.

E a *Aurora*? que tão *esplendida e bella* se mostrou? hoje fugitiva, triste como o pavão quando perde as pennas e olha para suas pernas, foragida, sem rumo ou norte, perdida sem remissão no inexplicável labiryntho dos interesses inconfessaveis?!

Requesquiad in pace.

Ao menos appareça-los a *Carapuça* que muito deu que fazer aos *Fontes e Fontinhos*.

Sambuco Junior⁹⁹

O Carapuça teve uma vida curta; mas, o seu discurso abolicionista incomodou conseguindo ser notado e, por isso mesmo, foi perseguido sucumbindo à pressão dos articuladores do sistema escravocrata que tentava se manter apesar de sua decadência estrutural em termos econômicos e sociais.

⁹⁹ **Pacotilha**, São Luís, nº 217, 21 de agosto de 1884. p.2.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abolição do trabalho escravo no Brasil já rendeu muitos trabalhos nos últimos anos. O interesse por este tema se deve, talvez, em grande medida pela complexidade de seu encaminhamento em meio às diversas contradições e tensões presentes naquele final do século XIX; bem como, também, por seu legado para a contemporaneidade da população negra brasileira.

Ao se considerar que o trabalho escravo era a base de sustentação da vida material no Império brasileiro e, sobretudo, das classes dominantes, vale dizer, então, que o que estava em jogo era a permanência das relações de poder e de dominação erigidas sob a estrutura e o ritmo da agricultura mercantil de exportação e escravista. E, em 1880, o equilíbrio destas relações de poder e todo o seu sistema estavam em decadência.

Nesse contexto, os jornais foram muito importantes na propagação de ideias contrárias e a favor da permanência do trabalho escravo no Império brasileiro.

O debate em torno da abolição do trabalho escravo se caracterizou, em linhas gerais, em duas grandes perspectivas: a abolicionista e a emancipacionista, mas, também, com variáveis internas. Desse modo, vale sublinhar que o jornal *Carapuça* referendava a perspectiva abolicionista, mas, com um discurso de teor mais vigoroso em relação ao apresentado no jornal *Pacotilha*. E, por isso mesmo sofreu retaliações e foi impedido de continuar sendo publicado ao ser considerado, por muitos, como abusivo.

Nesse sentido, fica evidenciado que o jornal *Pacotilha* apesar de semelhanças com o discurso abolicionista apresentado no *Carapuça*, tinha afinidades ideológicas com o *Diário do Maranhão*, embora divergissem nas concepções acerca do encaminhamento da abolição do trabalho escravo. Assim, não é demais lembrar que os articulistas destes dois jornais compartilhavam da opinião que escravo era uma mercadoria passível de compra e venda.

Vale salientar que por meio do jornal *Carapuça*, os seus articulistas proferiam o discurso abolicionista radical por compreenderem que a agricultura mercantil baseada no trabalho escravo estava em decadência e que era necessário criar novas práticas econômicas e formas de trabalho que assegurasse a vida material da província encapsulado no conceito de progresso.

O *jornal Carapuça* apresentava-se com um discurso provocativo e questionador da essência do discurso da liberdade dos escravos não dando espaço, em suas páginas, a uma prática contraditória, tal como o jornal Pacotilha que pugnava pela abolição do trabalho escravo, mas recebia dinheiro com anúncio de vendas e procura de escravos fugidos.

Dada a radicalidade de seus articulistas acerca da escravatura, este jornal teve uma vida muito curta e sucumbiu à pressão de segmentos das classes dominantes que tinham na agricultura mercantil de exportação e escravista a base de sua riqueza, prestígio e poder.

REFERÊNCIAS

A rota das abolições da escravidão e dos direitos humanos. Site pt.abolitions.org

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho Cabral. **Política e Educação no Maranhão (1834-1889).** São Luís. SIOGE, 1984.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A Imprensa na História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

Carapuça, Editorial. São Luís, nº 1, 12 de junho de 1884. p. 1. e p. 2

_____. São Luís, nº 2, 14 de junho de 1884, p. 4.

_____.São Luís, nº3, 18 de junho de 1884, p.1-2.

_____.São Luís, nº 4, 21 de junho de 1884, p. 1.

_____.São Luís, nº 6, 28 de junho de 1884, p.1. e p.2.

_____.São Luís, nº 9, 10 de julho de 1884. p.1. e p.3

_____.São Luís, nº 10, 13 de julho de 1884. p. 2.

_____.São Luís, nº 12, 20 de julho de 1884. p. 3.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Escravidão e capitalismo no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

CITI - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.
http://www.citi.pt/cultura/artes_plasticas/caricatura/bordalo_pinheiro/granja.html

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
_____. **Da senzala a colônia**. São Paulo: Fundação Editora Dan UNESP, 1998.

Cruzeiro. Editorial. São Luís, nº 27, 11 de julho de 1884. p. 3.

FAPESP – Biblioteca Virtual. <http://www.bv.fapesp.br/pt/pesquisador/31376/robert-wayne-andrew-slenes/>

FARIA, Regina Helena Martins de. **A transformação do trabalho nos trópicos: propostas e realizações**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

_____. **Descortinando o Maranhão Oitocenista**. IN: Meandros da História: trabalho e poder no Grão-Pará e Maranhão séculos XVIII e XIX. Belém: UNAMAZ, 2005.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **VAINFAS, Ronaldo. Os protagonistas anônimos da História: micro-história**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 317-318, 2003.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

JORGE, Sebastião Barros. **Os primeiros passos da imprensa no Maranhão (1821-1841)**. São Luís: PPPG/EDUFMA, 1987.

MORAES. Evaristo. **Campanha Abolicionista (1879-1888)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

NASCIMENTO, Washington Santos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil: 26 anos depois**. http://www.pucsp.br/neils/downloads/v15_16_livros4.pdf

NOGUEIRA, Tereza Cristiny Moraes. **Representações, significados e interpretações: a escravidão na imprensa jornalística em São Luís na década de 1880**. Trabalho de Conclusão de Curso Universidade Federal do Maranhão, 2008.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930)**. *Historiæ*, Rio Grande, 2 (3): 125-142, 2011.

Pacotilha. Editorial, São Luís, 13 de setembro, 1881.

_____. São Luís, nº 157, 13 de junho de 1884. p. 3.

_____. São Luís, nº 202, 1 de agosto de 1884. p.3.

_____. São Luís, nº 217, 21 de agosto de 1884. p.2.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880.** São Paulo: USP, 2006.

_____. **Imprensa, ética escravista e idéias abolicionistas no Maranhão na década de 1880.** Artigo apresentado ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

_____. **Na fronteira do cárcere e do paraíso: escravidão, cotidiano e resistência escrava no Maranhão oitocentista.** IN: Meandros da História: trabalho e poder no Grão-Pará e Maranhão séculos XVIII e XIX. Belém: UNAMAZ, 2005.

PINHEIRO, Rosane Arcanjo. **Gênese da Imprensa no Maranhão nos séculos XIX e XX.** V Encontro Nacional de História da Mídia: São Paulo, 2007.

RAGO, Margareth. **A “nova” historiografia brasileira.** Revista anos 90, Porto Alegre, nº 11, 1999.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888).** São Luis: SIOGE, 1990.

SERRA, Joaquim. **Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão (1820-1880).** Rio de Janeiro 1883.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.